

EDITORIAL

O dossiê *O Ensino de História no Brasil* buscou trazer a centralidade do debate da área de História na educação brasileira, pela primeira vez na Revista Hydra. Conciliar o campo científico com a educação tem a sua importância ao reconhecermos como a criação de conhecimento ocorre, tanto nos avanços das pesquisas acadêmicas, quanto nas experiências em salas de aula. Uma comprovação disso, surgiu em 2014, com a criação do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), programa de alcance nacional que busca promover o fortalecimento e a valorização dos profissionais da educação básica e dos saberes docentes em novas pesquisas de História. Nesta edição, fazemos um agradecimento especial à Prof^ª. Dr^ª. Fernanda Nascimento Crespo por seu auxílio para essa chamada.

A construção dos conhecimentos históricos, atualmente, também pode trazer novas perspectivas com o uso de ferramentas inovadoras ao ensino e produção de saberes, como as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), as redes sociais, o uso de *smartphones*, o audiovisual e a realidade virtual.

Iremos ressaltar em seguida, algumas questões hodiernas sobre o ensino de história africana, afrobrasileira e asiática.

Em 2023, ano da publicação do nosso 12^º volume, marcamos os 20 anos da lei 10.639/03, a qual tornou obrigatório o ensino das histórias e culturas africanas e afrobrasileiras. Tal legislação, foi fruto da luta história do movimento negro educador, especificamente no século XX. Como foi referenciado por Nilma Lino Gomes, ao destacar o papel chave da militância negra antirracista ativa por direitos, para acessar a educação básica e em organizar cursinhos pré-vestibulares, para que a juventude negra tivesse condições de ocupar as cadeiras do ensino superior.

No discurso de Benedita da Silva em 21/03/1995, no Senado Federal, a senadora negra fez uma declaração apontando que a África do Sul, que havia acabado de sair do regime do Apartheid, possuía uma população maior de pessoas negras nas universidades do que no Brasil, evidenciando o fosso racial presente no país. A retomada desse discurso, destaca a importância das ações afirmativas para a população negra adentrar às instituições de ensino superior, mas também, o tipo de currículo e a historiografia sobre o passado. Tradicionalmente, nas universidades do norte e do sul globais, encontramos trabalhos científicos nas ciências humanas que perpetuavam ideias racistas, em acordo com as bibliotecas coloniais das metrópoles europeias.

Acreditamos que por mais que o presente e o futuro ainda sejam desafiadores, reconhecemos que o Brasil dos governos do PT, deram passos importantes para combater o racismo na sociedade brasileira. Ainda no governo Lula, o ensino das histórias e culturas indígenas foram legitimadas pela atualização da lei 11.645/08.

Por outro lado, como uma resposta a essas políticas e com a intenção de precarizar a educação básica, o projeto do novo ensino médio continua em curso, deixando de fora a obrigatoriedade do ensino de história para parcela da juventude. Os debates na esfera pública para a finalização de sua implementação continuam dividindo os setores conservadores de direita e a esquerda democrática e socialista.

Na área de História da Ásia no Brasil, temos a incipiente luta pela sua inserção autônoma dentro dos currículos dos cursos superiores de História. Geralmente diluída nas grandes áreas temporais (Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea) e vista de forma secundária nessas perspectivas, sabemos que esse cenário é resultado de uma forma eurocêntrica de interpretação das histórias. No ensino fundamental e médio até podemos encontrar alguns temas relativos à Ásia, no entanto, se há uma deficiência na formação de

professores que não tem contato com as temáticas em suas formações, o ensino dos jovens nas escolas também é afetado. Urge a adequação de currículos e projetos que visem a inclusão dessas temáticas de forma efetiva na educação, compreendendo a importância da História da Ásia para o contexto global, mas também brasileiro. Visto que as representações costumeiras sobre Ásia e Oriente em seus diversos contextos e agentes históricos estão carregadas com estereótipos e estigmas que Edward Said caracterizaria como orientalistas.

Portanto, agradecemos a todas as pessoas autoras, ao conselho editorial e científico, à equipe de pareceristas, ao Programa de Pós-Graduação em História e ao apoio da verba da RTI/FAPESP para a diagramação deste volume.

Débora Pinese Frias e Priscilla Marques
Editoras-chefe da Revista Hydra